

**EDcl no AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.261 - PR  
(2016/0037899-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**EMBARGANTE : S M L**  
**ADVOGADOS : LENINE MATEUS ALBERNAZ E OUTRO(S) - PR023467**  
**RODRIGO ALEXANDRE MILANI DUARTE E OUTRO(S) - RJ190013**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Consoante assinalado no acórdão embargado, em que pese a oposição de embargos de declaração perante o Tribunal de origem, não houve manifestação alguma da instância ordinária acerca do conteúdo normativo do art. 515, § 1º, do Código de Processo Civil de 1973, especificamente. A ausência de prequestionamento da matéria inviabiliza o conhecimento da insurgência manifestada nas razões do recurso especial, sob pena de indevida supressão de instância.

2. O pleito de exclusão da natureza hedionda do crime de formação de quadrilha imputado ao embargante foi devidamente analisado no julgado impugnado. A tese relacionada ao afastamento da hediondez do delito no Processo n. 5005181-34.2013.4.04.7002 refletia inovação recursal inadmissível no âmbito do agravo regimental. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, "*matérias que não foram alvo de recurso especial não podem ser suscitadas em agravo regimental por já terem sido alcançadas pela preclusão.*" (AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1048381/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 06/09/2019). Precedentes.

3. Inexistindo no acórdão embargado quaisquer dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, que permitem o manejo dos aclaratórios, não há como estes serem acolhidos.

4. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**